

Sarney uniformiza a atuação ministerial

JORNAL DE BRÁSILIA

31 MAI 1985

O entrosamento entré a política externa do Itamaraty e a política econômica — financeira, especialmente com relação ao problema das exportações e importações com os países da América Latina, foi o tema de uma reunião, ontem, do presidente José Sarney com os Ministros da Fazenda, Planejamento, Indústria e do Comércio, Minas e Energia e Agricultura, além do chanceler Olavo Setúbal. A iniciativa reforça a posição brasileira no campo externo e melhora o desempenho conjunto dos Ministérios envolvidos com o setor, segundo Setúbal, que destacou o ineditismo da medida presidencial.

O chanceler Olavo Setúbal informou, depois da reunião, aos jornalistas, que o debate foi limitado aos países da América Latina, especialmente a Argentina, que foi por ele visitada há

dias. O objetivo desejado por Sarney é que o governo trabalhe em uníssono no setor econômico como na política externa, priorizando os países da América Latina. Foram debatidos problemas do comércio de produtos agrícolas como a maçã, trigo, banana e soja, dentro do conceito básico de que o governo brasileiro deseja uma contrapartida coerente na política econômica, a fim de facilitar o desempenho da Balança Comercial. Foi debatida também a importação de gás e petróleo, pelo Brasil, de outros países Latino-Americanos.

Setúbal frisou que o encontro não foi decisivo, e representou a primeira etapa dos debates. O Chanceler destacou, na entrevista, sua viagem a Estocolmo no próximo dia 8, para participar com representantes dos outros países de uma renegociação dos acordos do GATT, "Um dos

temas mais importantes que o Brasil vai enfrentar no campo comercial, num futuro próximo". A maioria dos países está consciente da necessidade de revisão dos acordos do GATT, segundo Setúbal, e a tendência é chegar a um consenso.

O Brasil e outros países em desenvolvimento, frisou o Chanceler, querem estabelecer pré-condições para as negociações, a fim de valorizar sua capacidade de barganha e influir sobre os resultados, "Porque se formos meros expectadores, depois que os acordos forem feitos pelos ricos, será o caso de aceitar ou não aceitar, e essa posição não convém ao País". O Brasil está participando dessas reuniões de modo a influir para que as regras fixadas na nova conferência sejam favoráveis aos países em desenvolvimento, acrescentou Olavo Setúbal.